

A REFORMA PSIQUIÁTRICA NA PERSPECTIVA DA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DOS PORTADORES DE TRANSTORNOS MENTAIS

LOPES, Lidiania Aparecida¹ (UFPE)

DEUSDADO, Margareth M. da Silva (UFPE)

LAGE, Allene Carvalho² (Orientadora) (UFPE)

Resumo: Este artigo é o resultado de um exercício de pesquisa que pretendeu compreender a maneira pela qual as práticas educativas desenvolvidas por organizações que atendem pessoas com transtornos psíquicos contribuem para o resgate da autonomia e cidadania desses sujeitos, minimizando os prejuízos causados pelo descaso social pelos quais essas pessoas passaram durante anos. Os principais autores que dialogamos foram principalmente Freire (1996), Santos (2003) e Sasaki (1997), além de outros. A metodologia utilizada é de cunho qualitativo e optamos ainda pelo Método do Caso Alargado, através da observação participante e de uma primeira aproximação da análise do campo. Este estudo se deu entre os meses de setembro a novembro de 2011 e o caso estudado foi o CAPS em Cupira, onde vivenciamos a experiência da luta antimanicomial. As nossas conclusões apontam para o entendimento de que as práticas educativas têm como finalidade a reinserção social e a autonomia dos sujeitos.

Palavras Chave: práticas educativas, transtornos psíquicos, autonomia e cidadania.

INTRODUÇÃO

Diante do contexto de transformações pelas quais as políticas de tratamento da saúde mental vêm passando em nosso país, é possível destacar significativos processos de ressignificações políticas e sociais, com o intuito de compreender a complexidade do ser humano em seus aspectos sociais e psicológicos, com a finalidade de garantir uma melhor qualidade de vida as pessoas que apresentam transtornos psíquicos.

Nesse sentido, Amarante (1994) enfatiza que a reforma psiquiátrica veio para abrir novas possibilidades e novos caminhos para a transformação do antigo modelo de

¹ Graduandas da licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste. E-mails: lidiana_lopes@hotmail.com; margareth.marly@bol.com.br

² Professora Doutora titular no curso de pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste – Núcleo de Formação Docente (UFPE/CAA/NFD). E-mail: allnelage@yahoo.com.br

tratamento psíquico que garantia o afastamento dos sujeitos do convívio social tirando-lhes o direito de exercerem sua cidadania.

Desse modo, passaram a serem utilizados novos métodos e práticas de tratamentos que garantissem uma melhor qualidade de vida ao paciente, promovendo a sua atuação no meio social através da cultura e do exercício da liberdade. Reforçando assim que, o tratamento do portador de transtorno psíquico não se restringe apenas ao uso de medicamentos e internações como foram utilizados durante muitos anos.

Diante do contexto de instituições que atendem as pessoas com transtornos psíquicos, destacamos como questão norteadora do nosso exercício de pesquisa:

De que maneira as práticas educativas de organizações que trabalham com pessoas com transtorno mental contribuem para a construção da autonomia desses sujeitos?

Objetivo Geral

Sendo assim, adotamos como objetivo geral desse estudo, Conhecer as práticas educativas que contribuem para a construção da autonomia das pessoas que são atendidas por organizações que trabalham com indivíduos com transtorno mental.

Objetivos Específicos

O objetivo geral desvela-se nos seguintes objetivos específicos:

- identificar quais as condições em que se dá a construção da autonomia dos usuários destas organizações;
- analisar como se dão as práticas educativas desenvolvidas por organizações que trabalham com pessoas com transtorno mental, no âmbito da educação inclusiva;

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao longo deste exercício de pesquisa, tomamos como referencial teórico autores que nos permitem uma maior aproximação e reflexão acerca dos temas que serão percorridos durante este estudo.

Educação inclusiva para a reinserção do portador de transtorno psíquico a sociedade, tendo por base: Sassaki, Brandão, entre outros;

Cidadania e autonomia como proporcionadora da liberdade e igualdade dos direitos, embasados por: Souza, Santos, Freire, entre outros;

1.1. Cidadania e Autonomia: passos para a libertação de pessoas com transtornos psíquicos

A cidadania e a autonomia entendida em seu sentido pleno caracterizam uma sociedade livre da coação, na qual possa ser estabelecido um diálogo entre as pessoas dando margem as relações de direitos e igualdade aos sujeitos de uma sociedade. Entendida dessa forma, Freire (1987) contribui para essa discussão quando defende que:

(...) a autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade. (FREIRE, 1996, P. 107).

De fato, a liberdade é o principal elemento da autonomia que possibilitará a luta por cidadania. Desse modo, entendemos que essa luta deverá se estender a todos os indivíduos de uma nação independente da sua crença, raça, grupo social ou por pessoas com algumas limitações, para que assim todos possam ter direito a igualdade e liberdade. Pois, enquanto existirem pessoas excluídas da sociedade não haverá de fato uma democracia. De acordo com este contexto, Santos (2006) enfatiza que a igualdade de direitos,

(...) refere-se à necessidade de garantir a todos a mesma dignidade e possibilidade de exercício de cidadania. Para tanto há que se considerar o princípio da equidade, isto é, que existem diferenças (étnicas, culturais regionais, de gênero, etárias, religiosas etc.) e desigualdades (socioeconômicas) que necessitam ser levadas em conta para que a igualdade seja efetivamente alcançada. (SANTOS, 2006, p. 100).

Nesta direção, entendemos que, diante de algumas necessidades especiais de alguns sujeitos, deve ser dada uma especial atenção, principalmente no que se refere ao portador de transtorno psíquico, por este ter passado um longo período de tempo à margem da sociedade em situação de total exclusão. Fernandes et. al (2003) reforça dizendo que,

(...) a cidadania, teoricamente assentada na igualdade formal, aponta para a desigualdade real como expressão de uma universalidade abstrata. Esta tem sido a aparência do real. A igualação abstrata de todos perante a lei, impede

que, no plano de direito, as desigualdades sociais se expressem. A eliminação das desigualdades torna possível apresentar tudo e todos submetidos às mesmas regras. (FERNANDES, et. al 2003. p. 41).

Diante dessa perspectiva, percebe-se a necessidade de fortalecimento do trabalho junto à sociedade através de uma educação transformadora em valorizar o ser humano independente das suas limitações e necessidades considerando que qualquer pessoa tem o direito e é capaz de viver em sociedade partilhando os mesmos direitos, valorizando sua história e sua presença no mundo, trazendo o tempo todo maneiras e meios de essa transformação poder se concretizar.

1.2. Processos de Educação Inclusiva para Pessoas com Transtorno Mental

De acordo com Souza (2004) a educação é uma articulação de saberes e conhecimentos que se dá através de confrontos. Nesta perspectiva, acreditamos que uma proposta pedagógica bem articulada contribui para “a educação do ser humano” em qualquer circunstância (SOUZA, 2004, p. 18).

Elencamos essa discussão, embasadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 1º dizendo que,

a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996, LEI Nº 9.394, p. 7).

É com essa lei que vamos defender o processo de educação inclusiva para pessoas com transtorno mental. Como visto a educação não está ligada apenas à escola, esse processo começa no berço familiar ainda bem cedo nos primeiros meses de vida, e continua nos relacionamentos extras familiares, na escola, no trabalho, nas organizações sociais como: igrejas, clubes, ONGs, centros, etc. São em organizações desse tipo que estamos estudando a educação que busca a inclusão do sujeito que tem transtorno mental, pois de acordo com Amarante (1994), esses sujeitos antes eram considerados incapazes para exercer qualquer atividade, seja ela física ou mental sendo assim, excluídos de viver no contexto social.

Sendo assim, acreditamos que é através de estratégias educativas que as oportunidades de troca de conhecimento e de afeto com diálogo, como defende Freire (2005), que os sujeitos avançam para a liberdade tão sonhada, liberdade de se expressar, de ser diferente, de agir diferente, de pensar, em fim de viver. De acordo com esse conceito Sasaki, (1997), afirma que:

a inclusão, portanto é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transportes) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também da própria pessoa com necessidades especiais. (SASSAKI, 1997, p.40, 41).

Acreditamos que ainda há muito que fazer e que o mais difícil seja mudar mentalidades. É preciso que haja uma campanha política educacional mais intensa principalmente no seio familiar para o avanço da melhoria da saúde dos sujeitos com qualquer necessidade. Como vimos em Sasaki (1997) pode acontecer à melhoria nos acessos as ruas, aos comércios, aos clubes, as escolas as igrejas, mas se não houver, sobretudo, a educação familiar, para dizer que o ser diferente não é um problema, de nada vai adiantar as mudanças estruturais físicas. Embora, acreditamos que o homem é dotado de sabedoria e que entre os homens existem uma cooperação para mudança.

2. METODOLOGIA

Com o intuito de obtermos os objetivos traçados no início deste exercício de pesquisa, utilizamos uma pesquisa do tipo qualitativa que como diz Minayo (2008) “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2008, p.21e 22), visto que o campo em observação é viável de grandes contingentes de variáveis de quantificação. Por isso nos delimitamos ao tipo qualitativo.

2.1. Tipo de Estudo

Nosso exercício de pesquisa é fundamentado no tipo de estudo da abordagem exploratória e explicativa que permite “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.” (GIL, 2008, p.27); e “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.” (GIL, 2008, p.28), uma abordagem que direciona passos precisos para os pesquisadores que tem o compromisso em relatar o mais claro possível a realidade pesquisada.

2.2. Método da Pesquisa

Neste exercício de pesquisa utilizaremos o Método do Caso Alargado, por permitir um olhar mais aprofundado, indo além do campo pesquisado, possibilitando

assim um entendimento mais amplo da temática em pesquisa. A aproximação e análise do campo de pesquisa através do estudo de caso nasce a necessidade de ampliar as experiências do pesquisador no tema explorado. Para tal, utilizamos o método do caso alargado que de acordo com Boaventura de Sousa Santos (1983):

em vez de reduzir os casos às variáveis que normalizam e tornam mecanicamente semelhantes procura analisar com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso com vista a captar o que há nele de diferente ou de único. A riqueza do caso não está no que nele é generalizável, mas na amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interações que constituem (SANTOS, 1983, p.11).

Contudo, o método do caso alargado proporciona uma análise aprofundada do caso e o entendimento mais geral das questões relacionadas ao caso pesquisado, partindo assim do micro para o macro, em uma visão mais ampliada da realidade social.

3. O caso do CAPS de Cupira

O CAPS Cupira denominado de Centro de Assistência Psicossocial João Candido de Menezes está situado a, Av. Miguel Pereira Neto, Cupira- PE. Este iniciou suas atividades no ano de 2009, sua fundação nasceu de um desejo do pai da psicóloga do centro que faleceu antes de ver o seu funcionamento. No entanto, sua filha prosseguiu com o projeto e conseguiu com a ajuda do prefeito da cidade instalar o CAPS 1 no município.

3.1. Cidadania e Autonomia: passos para a libertação de pessoas com transtornos psíquicos

Ao trabalharmos a cidadania e a autonomia fomos ao encontro das pessoas do campo analisado para entendermos como se dão esses processos.

Destacamos na fala do senhor João ex- paciente e que atualmente trabalha como ajudante de serviços gerais no CAPS.

O CAPS para minha vida foi uma obra e tanto, antes como já contei minha vida estava acabada, restava pra mim só a vontade de vencer. Depois do tratamento consegui o emprego de volta só que melhor, antes eu trabalhava fazendo calçamento de rua e agora eu trabalho como auxiliar de serviços gerais aqui no CAPS mesmo, a psicóloga gostou da minha vontade de vencer e pediu na prefeitura para que eu ficasse aqui, foi muito bom que eu pude continuar fazendo acompanhamento psicológico e trabalhar ao mesmo

tempo. (João, ex- paciente e funcionário do CAPS, Diário de campo: 31/10/2011).

O professor das oficinas traz em seu discurso, que um dos elementos para o resgate da autonomia e o sucesso no tratamento dos pacientes é:

geralmente criamos atividades que se identificam com o perfil do paciente, atividades que não prendam muito, pois o objetivo é deixar calmo e fugir um pouco dos seus problemas e claro que, através dessas atividades desenvolver o princípio de autonomia dos sujeitos. (Jhone, educador de artes, Diário de Campo: 31/10/2011).

Diante desses fatos, a psicóloga Geórgia expressa toda a sua satisfação no sucesso do trabalho desenvolvido pelos profissionais que atuam no CAPS, garantindo assim que os usuários consigam ter novas expectativas de vida.

isso mostra o grau de compromisso e seriedade com que o nosso trabalho é desenvolvido, é muito gratificante para todos nós inclusive para eles que muitas vezes chegam aqui sem nenhuma perspectiva de cura, e com o passar do tempo eles tem de volta a oportunidade não só de viver, mas de trabalhar e de voltar a ser um cidadão participativo. (Geórgia, psicóloga, Diário de Campo: 27/09/2011).

Dessa forma, compreendemos que o CAPS consegue alcançar seus objetivos que tem entre os principais, a proposta de resgate da cidadania que se dá principalmente através do trabalho, valorizando o cidadão e comprometendo-se com a sua participação na sociedade. Assim, o trabalho ali desenvolvido garante a humanização e a recriação de suas histórias de vida transformando realidades desesperançosas em sonhos possíveis.

3.2. Processos de Educação Inclusiva para Pessoas com Transtorno Mental

Ao discutirmos a educação inclusiva como proporcionadora de liberdade e conhecimento, destacamos nas falas dos sujeitos que esta é capaz de transformação de vidas.

Reafirmamos essa ideia na fala do professor Jhone quando ele diz que:

considero que as atividades grupais das oficinas, aulas de educação física, e terapia são as principais referências de inclusão, nesses encontros eles interagem entre si e acabam transmitindo lições de vida e outros aprendizados. (Jhone, educador de artes, Diário de Campo: 19/09/2011).

Todas as atividades no CAPS são pensadas e desenvolvidas com o propósito de garantir-lhes um aprendizado que favoreça o fortalecimento da autoestima e a superação dos complexos de inferioridade. Consideramos que dessa forma, os usuários passam a

se sentir valorizados e perceber que assim como qualquer pessoa eles/as são capazes de aprender e desenvolver qualquer atividade.

O usuário Rogério contribui para essa discussão quando nos relatou que:

está vendo essa parede aqui pintada com esses desenhos bonitos foi eu também que pintei não ficou bonita, o professor nos ensinou e nós pintamos. está vendo como eu sei pintar bonito. (Rogério, Diário de Campo: 19/09/2011).

Nesse momento, compreendemos a importância da valorização do trabalho e das ocupações dessas pessoas. O senhor João relata muito bem esse fato quando diz:

o que me ajudou foi o tratamento rígido que antes havia aqui. (...) todo dia tinha atividade pra fazer as oficinas não paravam, fazia reciclagem com garrafa com barro com jornal com madeira, nas festas eu pegava meu carro e ia pra dentro dos matos procurar palmeira, coqueiro, e o que o professor precisasse para enfeitar a casa, ainda a gente fazia quadros, panelas de barro, olhe, era muito bom, eu só digo que a minha evolução no tratamento foi devido a ocupação que era constante. (João, ex-paciente e funcionário do CAPS, Diário de Campo: 31/10/2011).

Compreendemos que através das atividades eles se sentem produtivos, ocupam suas mentes, aprendem a superar seus limites e sentir que eles são sim capazes de desenvolver várias atividades e contribuir com a superação dos seus limites. De fato, essa forma de tratamento favorece a autoestima dessas pessoas.

4. Análise do caso

4.1. Cidadania e Autonomia: passos para a libertação de pessoas com transtorno mental

Ao avaliarmos o caso do CAPS de Cupira, constatamos que cidadania e autonomia são processos em constante construção neste ambiente, neste sentido a instituição tem como principal meta o resgate da autonomia através do tratamento psicossocial e sua reinserção a sociedade respeitando as especificidades e as singularidades de cada sujeito.

De acordo com Freire (1996) “A autonomia vai se construindo na experiência de várias e, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas.” (FREIRE, 1996, p. 107).

Confirmamos esse fato na fala do ex-paciente e funcionário do CAPS, senhor João.

Depois do tratamento consegui o emprego de volta só que melhor, antes eu trabalhava fazendo calçamento de rua e agora eu trabalho como auxiliar de serviços gerias aqui no CAPS mesmo. A psicóloga gostou da minha vontade de vencer e pediu na prefeitura para que eu ficasse aqui, foi muito bom que eu pude continuar fazendo acompanhamento psicológico e poder trabalhar ao mesmo tempo para garantir o meu sustento. (João, ex-paciente e funcionário do CAPS, Diário de campo: 31/10/2011).

Na fala de João fica evidente o quanto o tratamento traz uma proposta de oportunidades e ressignificação do ser humano podendo ser vista como uma possibilidade de voltar à sociedade e alcançar a autonomia através da prática de trabalho.

Nesse sentido, Freire (1996) afirma que:

a autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade. (FREIRE, 1996, p. 107).

Acreditamos que essas experiências estimuladoras e respeitadas de liberdade se configuram na vivência do dia-a-dia dos usuários através das práticas de socialização e nas atividades, sobre isso o professor de artes relata que:

geralmente criamos atividades que se identificam com o perfil do paciente, atividades que não prendam muito, pois o objetivo é deixar calmo e fugir um pouco dos seus problemas e claro que, através dessas atividades desenvolver o principio de autonomia dos sujeitos. (Jhone, educador de artes, Diário de Campo: 31/09/2011).

O nível de comprometimento e coletividade nas ações planejadas também está expresso na fala da psicóloga ao relatar que:

isso mostra o grau de compromisso e seriedade com que o nosso trabalho é desenvolvido, é muito gratificante para todos nós inclusive para eles que muitas vezes chegam aqui sem nenhuma perspectiva de cura, e com o passar do tempo eles tem de volta a oportunidade não só de viver, mas de trabalhar e de voltar a ser um cidadão participativo. (Geórgia, psicóloga, Diário de Campo, 27/09/2011).

As ações construtivas através do trabalho e das ocupações desenvolvem os princípios de autonomia e cidadania, uma vez que estas possibilitam aos portadores de transtornos mentais terem uma nova perspectiva de vida através da inserção ou reinserção destes a sociedade de modo participativo.

4.2. Processos de Educação Inclusiva para Pessoas com Transtorno Mental

Na perspectiva de Sasaki (1997) os processos de educação inclusiva vêm permeando muitas discussões na atualidade, por garantir ao portador de necessidades especiais terem seu direito de cidadão validado. Neste sentido, a educação vem com o propósito de emancipação do sujeito através da educação, em um ambiente em que todos possam ser tratados com respeito e igualdade de direitos independente de suas necessidades. Para tal Sasaki (1997) diz:

A prática da inclusão social repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação. A diversidade humana é representada, principalmente, por origem nacional, sexual, religião, gênero, cor, idade, raça e deficiência. (SASSAKI, 1997, p. 40).

Em face disso, levamos em consideração a fala do Sr. João quando se refere à prática educativa do seu tempo de tratamento e como essa prática favoreceu a sua recuperação.

O que me ajudou foi o tratamento rígido que antes havia aqui. (...) todo dia tinha atividade pra fazer as oficinas não paravam, fazia reciclagem com garrafa com barro com jornal com madeira, nas festas eu pegava meu carro e ia pra dentro dos matos procurar palmeira, coqueiro, e o que o professor precisasse para enfeitar a casa, ainda a gente fazia quadros, panelas de barro, olhe, era muito bom, eu só digo que a minha evolução no tratamento foi devido à ocupação que era constante. (João, ex-paciente e funcionário do CAPS, Diário de Campo: 31/10/2011).

Este relato é um exemplo de que a prática pedagógica faz toda diferença no tratamento do sujeito com transtorno mental. As atividades ocupam o tempo ocioso e a mente dos usuários, ao passo que transmite aprendizado, confiança e autonomia aos sujeitos. Ressaltamos que as atividades promovidas pelo CAPS são planejadas na perspectiva da interação e da inclusão, destacamos esse fato na fala do professor das oficinas ao relatar a importância das atividades em grupos.

Considero que as atividades grupais das oficinas, aulas de educação física, e terapia são as principais referências de inclusão, nesses encontros eles interagem entre si e acabam transmitindo lições de vida e outros aprendizados. (Jhone, educador de artes, Diário de Campo: 19/09/2011).

Todavia, Freire (1996) salienta a ideia do estar junto e que esta é sem sombra de dúvida um processo muito construtivo. Visto que, quando há uma junção do homem com a realidade humana, são possíveis grandes descobertas, e essa aprendizagem soma muito no contexto social. Desse modo,

[...] é a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu modo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a, vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é fazedor” (FREIRE, 1996, p.51).

Dessa forma, validamos através dos nossos encontros com os sujeitos do campo que eles são capazes de aprender e de produzir como qualquer outra pessoa considerada normal, o ser diferente não tira a capacidade de aprender e de produzir. Veja o que Rogério paciente do CAPS relata.

está vendo essa parede aqui pintada com esses desenhos bonitos foi eu também que pintei não ficou bonita, o professor nos ensinou e nós pintamos. Está vendo como eu sei pintar bonito. (Rogério, Diário de Campo: 19/09/2011).

Buscar compreender e valorizar cada usuário com suas necessidades e diferenças, é o que torna o CAPS num grande diferencial no tratamento de pessoas com transtorno mental, e que a prática educativa neste sentido tem papel principal na articulação dos saberes, das experiências e dos aprendizados dos usuários do CAPS Cupira. Neste espaço, as práticas educativas são dinamizadas no sentido da interação, na valorização do coletivo e da inclusão, respeitando as particularidades de cada indivíduo.

5. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Em relação à construção da **cidadania e autonomia** de pessoas com transtorno mental, estas buscam desenvolver vivências coletivas através das práticas de trabalho e das experiências de vida de cada sujeito, incentivando-os a participar e superar as suas dificuldades respeitando as suas singularidades. Dessa forma, essas práticas desenvolvem os princípios de cidadania e autonomia promovendo sua inserção ou reinserção na sociedade de modo participativo.

No que se refere à questão da **reforma psiquiátrica brasileira** esta trouxe uma nova perspectiva de vida para o doente mental através dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que substituiu os métodos de tratamento com internamentos tirando-lhes muitas vezes o direito de viver, para as práticas de ressocialização em que os usuários ao mesmo tempo em que recebem cuidados passam a viver em contato com a sociedade.

Tendo em conta o método do caso alargado que amplia a compreensão a partir dos elementos estruturantes da experiência estudada. Concluimos que, as organizações que tem esses elementos oferecem aos seus pacientes a participação ativa na sociedade, através de práticas educativas que elevam sua autoestima a partir da socialização de experiências vividas e das práticas de trabalho, mostrando que ser diferente é ser igual a todo mundo, com direitos e deveres exercidos perante a sociedade.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P.: **Uma Aventura no Manicômio**: a trajetória de Franco Basaglia. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. I (1): 66-77, jul.-out. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v1n1/a06v01n1.pdf>. Acesso em: 10/09/2011.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996** – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

FERNANDES, J.D. OLIVEIRA. M.R. FERNANDES. J. **Cidadania e Qualidade de Vida dos Portadores de Transtornos Psiquiátricos**: contradições e racionalidade. Revista da escola de enfermagem da USP, São Paulo, v.37, nº2, p. 35-42, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v37n2/05.pdf>. Acesso em: 20/09/2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

----- **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa/ Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 20ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SANTOS Boaventura Souza. **Introdução**: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: _____. Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003 p. 56.

SANTOS, Marli Alves, 1956- **Educação para a cidadania global**: explorando seus caminhos no Brasil/ Marli Alves Santos. – São Paulo: Textonovo, 2006.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão. Construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

SOUZA, João Francisco de, 1944- **E a educação: ¿¿quê??**; a educação na sociedade e/ ou a sociedade na educação/ João Francisco de Souza. – Recife: Bagaço, 2004. 360 p.